COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO N°, DE 2025

(Do Sr. Deputado Alceu Moreira)

Requer o aditamento ao Requerimento nº 87/2025 – CME, de autoria do Deputado Tião Medeiros (PP/PR), que solicita a realização de audiência pública para debater a crise no setor de distribuição de combustíveis em decorrência das sanções impostas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a distribuidoras inadimplentes com as metas do RenovaBio.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 87/2025 – CME, , que solicita a realização de audiência pública para debater a crise no setor de distribuição de combustíveis em decorrência das sanções impostas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a distribuidoras inadimplentes com as metas do RenovaBio.

Considerando a relevância do tema e a necessidade de ampliar o debate com representantes dos setores diretamente envolvidos na produção e comercialização de biocombustíveis, proponho a inclusão dos seguintes representantes como convidados para a audiência pública:

- 1) Representante do Instituto Combustível Legal (ICL);
- Representante da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA);
- 3) Representante da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio);
- 4) Representante da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio);
- 5) Representante da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

A presença desses setores contribuirá para um debate mais amplo e técnico, proporcionando diferentes perspectivas sobre os impactos das medidas regulatórias e a sustentabilidade do setor de biocombustíveis no Brasil.





JUSTIFICAÇÃO

O aditamento da audiência pública prevista no Requerimento nº 87/2025 – CME, trata de tema de grande importância nacional: a crise enfrentada pelo setor de distribuição de combustíveis em razão das sanções aplicadas pela ANP às distribuidoras inadimplentes com as metas do RenovaBio.

Entretanto, para que o debate seja completo e reflita a complexidade da cadeia de combustíveis e biocombustíveis, é essencial garantir a participação dos segmentos produtivos e das entidades representativas do setor de biocombustíveis, diretamente impactados pelas políticas regulatórias discutidas.

A inclusão de representantes do Instituto Clima e Sociedade (ICL), da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA), da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio), da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio) e da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) é imprescindível para que se ouçam também as vozes dos produtores e articuladores da política de transição energética, sustentabilidade ambiental e segurança energética.

Estas entidades possuem profundo conhecimento técnico, experiência prática no cumprimento das metas do RenovaBio e têm contribuído de forma ativa para o desenvolvimento da política nacional de biocombustíveis. Sua presença enriquecerá o debate, fornecendo dados, análises e posicionamentos que podem ajudar na construção de soluções equilibradas, sustentáveis e exequíveis para o setor.

Diante disso, justifica-se plenamente o presente requerimento de aditamento, com vistas a ampliar a pluralidade de opiniões e fortalecer o papel da Comissão de Minas e Energia na mediação desse tema estratégico para o país.

Sala da Comissão, em

de

de 2025.

Deputado Alceu Moreira (MDB/RS)



